



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental

MEMÓRIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONASQ
Sede do MMA

Brasília-DF, 09 de julho de 2010. Horário: 9h às 17h

Coordenação da Reunião: Sérgia de Souza Oliveira (MMA)
Relatoria: Camila Arruda Boechat (MMA)

Instituição	Representante	e-mail
Representantes Titular ou Suplente		
ABIQUIM	Marcelo Kós. S. Campos	marcelo@abiquim.org.br
FBOMS	Zuleica Nycz	zu.terra@terra.com.br
FIOCRUZ	Ary Carvalho de Miranda	ary@fiocruz.br
FUNDACENTRO	Fernando Vieira Sobrinho	fernando@fundacentro.gov.br
MAPA	Marcella Alves Teixeira	marcellaalves@agricultura.gov.br
MDIC	Hearle Vieira Calvão	Hearle.calvao@mdic.gov.br
	Sílvia Maria Sundfeld	Silvia.sundfeld@mdic.gov.br
MMA	S Sérgia de Souza Oliveira	sergia.oliveira@mma.gov.br
MRE	José Solla Vázquez Jr.	Jose.solla@itamaraty.gov.br
MS	Jorge Machado	jorge.huet@saude.gov.br
MT	Cibele Dutra de França	Cibele.franca@transportes.gov.br
MTE	Rômulo Machado e Silva	Romulo.silva@mte.gov.br
OPAS/OMS	Alysson F. Lemos	alysson.lemos@saude.gov.br
UnB	Fernanda Vasconcelos de Almeida	fernandaalmeida@unb.br
Ausentes		
ABEMA	Ausência justificada	
ANVISA	Ausência não justificada	
CUT	Ausência justificada	
IBAMA	Ausência não justificada	
MI	Ausência não justificada	
USP	Ausência justificada	
Demais Participantes		
DNPM	Roger R. Cabral	Roger.cabral@dnpm.gov.br
MCT	Carlos Roberto Silva	Carlos.silva@mct.gov.br
MDIC	Manoel Fernando Monteiro	Manoel.monteiro@mdic.gov.br
	Luzeni Souza	Luzeni.souza@mdic.gov.br
MMA/ASIN	Rodrigo M. Vieira	Rodrigo.vieira@mma.gov.br
MMA/SMCQ/DQAM	Ana Paula Pinho Rodrigues Leal	ana.pinho@mma.gov.br
	Camila Arruda Boechat	camila.boechat@mma.gov.br
MME	Wilma Santos Cruz	Wilma.cruz@mme.gov.br
MS	Marcelo Segalerba	Marcelo.segalerba@saude.gov.br

11 1. Abertura

12 A *Sra. Sérgio de Souza Oliveira, Diretora de Qualidade Ambiental na Indústria do*
13 *Ministério do Meio Ambiente*, iniciou a reunião, dando boas-vindas a todos. Em seguida, houve uma
14 rodada de apresentação entre os presentes, com posterior aprovação da Pauta da 27ª Reunião
15 Ordinária, com alteração na ordem de apresentação dos pontos. Foi ainda acrescentada na Pauta, a
16 pedido da *representante da FBOMS*, a discussão sobre documento contendo recomendação da
17 CONASQ em apoio à ANVISA e ao IBAMA no processo de reavaliação de agrotóxicos, já iniciada
18 na 1ª Reunião Extraordinária da CONASQ, ocorrida em 09/02/10. A representante sugeriu ainda que
19 os pontos de pauta que não forem discutidos nas reuniões, sejam automaticamente discutidos na
20 próxima.

21 Na sequência, a Memória da 26ª Reunião Ordinária foi submetida à aprovação. As alterações
22 solicitadas foram incluídas na versão final da referida memória, disponível no endereço eletrônico:
23 http://www.mma.gov.br/estruturas/smcq_seguranca/_arquivos/memria_26_143.pdf

24 Após isso, a *representante do MMA* convidou a *Gerente de Segurança Química do MMA,*
25 *Sra. Ana Paula Pinho Rodrigues Leal*, para fazer a apresentação dos resultados consolidados do
26 formulário para levantamento das ações relacionadas à segurança química, desenvolvidas pelas
27 instituições integrantes da CONASQ.

28 2. Pauta:

29 2.1 Ações relacionadas à Segurança Química: apresentação dos resultados consolidados

30 A *Gerente de Segurança Química do MMA* explicou que o levantamento dessas informações
31 foi deliberação da CONASQ, em sua 24ª Reunião Ordinária, realizada em 25/08/09. Foi distribuído
32 entre os presentes documento contendo tabela em que constam as ações informadas no formulário,
33 agrupadas por instituição. Alguns dados estatísticos sobre o levantamento foram apresentados, bem
34 como enfocada a discussão sobre o item que correlacionava as ações informadas com as Linhas de
35 Ação do PRONASQ (Programa Nacional de Segurança Química). A *Gerente* falou que algumas
36 ações informadas não foram relacionadas com as Linhas de Ação do PRONASQ, tendo sido
37 marcada a opção “não se aplica” do formulário. Os comentários da plenária foram no sentido de que
38 o PRONASQ está desatualizado e que suas linhas de ação não contemplam questões mais recentes
39 da segurança química. Além disso, algumas atividades são amplas e vagas, sendo difícil especificar
40 uma linha de ação.

41 No momento seguinte, foram apresentados os resultados do item “linhas orçamentárias”, que
42 tinha o propósito de mapear se há ou não recursos financeiros sendo destinados às atividades
43 relacionadas à segurança química. Algumas instituições identificaram recursos, outras não.

44 Sobre isso, a *representante do MMA* comentou que se preocupa com este período de fim de
45 governo e com o que poderia ser deixado para o próximo.

46 A *representante da FBOMS* comentou que, de posse da tabela distribuída entre os presentes,

47 é possível observar que cada instituição interpretou o formulário a seu modo e que, por isso, umas
48 foram mais sucintas no preenchimento das informações, enquanto outras detalharam mais.
49 Demonstrou preocupação quanto ao fato de não ter sido citada nenhuma ação de controle às
50 emissões atmosféricas. Lamentou também a ausência dos Ministérios e das Universidades na
51 composição das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho do CONAMA (Conselho Nacional do
52 Meio Ambiente), que, a seu ver, não estão conduzindo as discussões de forma correta no processo de
53 elaboração de novas resoluções, ficando muitas vezes prejudicadas por interesses econômicos.

54 A respeito do CONAMA, *a representante do MMA* concordou que a composição das
55 Câmaras Técnicas precisam ser ampliadas, pois, por protagonizarem discussões essencialmente
56 técnicas, outros atores devem ser chamados a participar dos debates.

57 O *representante do MS* sugeriu que o questionário seja disponibilizado por mais tempo, pois
58 a perspectiva deve ser construir uma base para sedimentar as informações e deixar algo pronto para o
59 próximo governo.

60 O *representante da FUNDACENTRO* falou que, durante a elaboração do PRONASQ, havia
61 Grupos de Trabalhos que desenvolviam ações de temas específicos, porém, com o tempo, isto se
62 perdeu.

63 A *representante do MMA* sugeriu recuperar estes GTs e concordou que é interessante
64 disponibilizar o formulário por mais 1 mês, para novas informações.

65 O *representante da FIOCRUZ* deu a opinião de que o PRONASQ está desatualizado, uma
66 nova leitura do Programa é necessária, pensando-o como uma atividade estável, independente de
67 Governo.

68 A *Gerente de Segurança Química do MMA* lembrou que a criação do GT Operacional (na 24^a
69 Reunião Ordinária da CONASQ) foi resultado da percepção desta desatualização do PRONASQ,
70 que o formulário foi elaborado também com o objetivo de verificar se ainda eram vigentes as ações
71 relacionadas a suas Linhas de Ação, e que, embora algumas delas estejam desatualizadas, outras
72 estão plenamente consolidadas. O resultado deste levantamento subsidiará a CONASQ a definir sua
73 agenda.

74 **2.2. Apresentação do documento referência para a discussão inicial sobre os critérios de** 75 **priorização da agenda da CONASQ**

76 Dando sequência à pauta, *os representantes da FIOCRUZ e do MS* foram convidados a
77 apresentar o documento que elaboraram para subsidiar discussão sobre a agenda da CONASQ.
78 Explicaram que é uma proposta preliminar de documento, baseada nas discussões que estão
79 acontecendo internacionalmente. O *representante da FUNDACENTRO* enviou por email
80 contribuições, que foram agregadas ao final do documento.

81 Após a apresentação, o *representante do MS* destacou que, no âmbito da SAICM (Strategy
82 Approach to International Chemicals Management), há a possibilidade de se organizar planos e, por
83 meio deles, revisar as Linhas de Ação do PRONASQ. Falou que a idéia não deve ser eleger
84 prioridade, mas criar organização e capacidade de resposta dentro do Plano. Também não se

85 destacariam ações emergentes, como lixo eletrônico e chumbo em tinta, que não são temas
86 estruturantes, devendo se dar continuidade a questões mais importantes, que já vinham sendo
87 tratadas.

88 *A Gerente de Segurança Química do MMA* disse que, no tocante ao objetivo 3 da SAICM –
89 Governança – em que é prevista a criação de um fórum de discussão de segurança química nos
90 países, a CONASQ desempenharia este papel.

91 *A representante da FBOMS* suscitou um questão de ordem, dizendo que a CONASQ, por não
92 ser uma comissão deliberativa, terá dificuldades em cumprir as prioridades que eleger. Também
93 criticou a ausência do cádmio no documento.

94 *O representante da FIOCRUZ* falou que a preocupação foi de apresentar as ações que são
95 consideradas prioritárias internacionalmente, para que sirvam de referencial para a CONASQ definir
96 suas Linhas de Ação. Disse ainda que a CONASQ terá que definir uma agenda, para que não seja
97 pautada a partir de assuntos ou demandas pontuais que surgem.

98 *A Gerente de Segurança Química do MMA* falou que o documento traz somente a visão do
99 que o Ministério da Saúde faz em relação à segurança química, faltando a percepção das outras
100 instituições que compõem a CONASQ. Citou, a exemplo, a ausência das Convenções Internacionais
101 no documento.

102 *O representante do MS* concordou que existem lacunas no documento, mas que ele é somente
103 uma base para se discutir as prioridades nacionais. A mineração, por exemplo, também não consta
104 no documento. Questionou sobre como trazer estas e outras questões para a discussão da CONASQ.

105 *A representante da FBOMS* falou que foi importante a reativação da CONASQ e que teria
106 sido melhor se a comissão tivesse caráter deliberativo. Embora não seja esta a realidade, foi
107 interessante o MMA ter instituído um grupo da CONASQ como Grupo Nacional Coordenador do
108 Projeto NIP. Comentou que todos os Ministérios deveriam fazer o mesmo, colocando suas atividades
109 como ponto para acompanhamento e discussão de seus assuntos. Finalizou, dizendo que é preciso
110 definir metodologia para estabelecer as prioridades de atuação da CONASQ e como cada Ministério
111 pode contribuir.

112 *O representante do MRE* considerou que a revitalização da CONASQ passa pela definição do
113 que é prioritário e deve haver uma discussão sobre competências, para que haja um trabalho
114 conjunto e integrado. Relembrou que há três janelas de financiamento no âmbito do Quick Start
115 Programme (QSP) do SAICM, para cada país: um projeto de autoria de organização não
116 governamental, um projeto regional e um projeto nacional. No Brasil, uma organização não
117 governamental já apresentou um projeto, que foi aprovado. A segunda janela poderá ser ocupada
118 pelo projeto regional da CETESB, que é Centro Regional da Convenção de Estocolmo para a
119 América Latina e o Caribe, estando em fase de discussão interna. A terceira janela, que se refere a
120 um projeto do governo, não está sendo ocupada. O Governo deve apresentar um projeto. O QSP
121 vigorará apenas até 2013, e o Brasil pode perder esta oportunidade. Como argumentar que queremos
122 mais dinheiro se não conseguimos utilizar o que está disponível?

123 *A Gerente de Segurança Química do MMA* sugeriu que um grupo fosse formado na

124 CONASQ para apresentar uma proposta de projeto. Em sua opinião, o que vem sendo chamado de
125 agenda seriam pontos prioritários.

126 O *representante do MS* falou que são sinônimos e que o projeto poderia dinamizar as ações
127 ou ser estruturante de uma ação. Sugeriu debate sobre cada tema prioritário, sistematização de
128 proposta para a próxima reunião, para verificar o que poderia ser feito para o projeto.

129 A *Gerente de Segurança Química do MMA* propôs que, dentre os temas que poderiam ser
130 prioritários, sejam incluídos: a implementação dos compromissos internacionais, emergências
131 químicas, agrotóxicos, áreas contaminadas/resíduos, mercúrio e temas emergentes. A proposta é que
132 sejam elencados poucos temas prioritários, que possam englobar outros assuntos. Uma vez definidos
133 os temas prioritários, seria definida a forma de como seriam tratados dentro da CONASQ.

134 O *representante da ABIQUIM* pediu a palavra para apresentar uma proposta de
135 encaminhamento, espelhado num fluxo/mapa que apresentou na segunda reunião do SAICM.
136 Explicou que se trata de um modelo de marco estratégico, que a ABIQUIM também elaborou como
137 proposta para as indústrias no âmbito do Programa de Atuação Responsável. O fluxo tem o objetivo
138 de melhorar o desempenho das indústrias ao mesmo tempo em que desenvolvem a cultura da
139 sustentabilidade. Segundo o representante, falta à CONASQ definir o seu foco, à semelhança do
140 fluxo apresentado. Ele acha que a CONASQ não discute os seus macro-objetivos, não tem uma visão
141 clara de sua atuação. É preciso sistematizar a discussão e definir valores, partes interessadas e áreas
142 estratégicas.

143 O *representante da FIOCRUZ* concorda que a metodologia apresentada pode ajudar a
144 sistematizar o processo, após a definição de prioridades.

145 O *representante do MTE* deu a opinião de que as ações podem ser resumidas em função das
146 prioridades. Sugeriu reduzir as ações em função do objetivo e dividir em função das prioridades.

147 O *representante do MS* lembrou que deve ser feito um exercício de reflexão para evitar que
148 ações sejam definidas como prioridade para todos, quando na verdade seriam apenas para uma
149 instituição.

150 O *representante da FIOCRUZ* sugeriu que um Grupo de Trabalho fosse constituído para
151 fazer as sistematizações necessárias referentes às prioridades da CONASQ e, na sequência, fazer o
152 planejamento da CONASQ.

153 A *Gerente de Segurança Química do MMA* concordou com a sugestão e propôs que, ao invés
154 da questão ser trabalhada pelo GT Estratégico, que foi constituído na 24ª Reunião Ordinária, fosse
155 formado um grupo menor.

156 A composição do grupo foi discutida, tendo se chegado ao seguinte formato: MS, MMA,
157 MAPA, FIOCRUZ, OPAS, FBOMS e ABIQUIM.

158 Após discussão, chegou-se ao entendimento de que a tarefa específica do GT será de
159 sistematizar proposta de ações prioritárias do trabalho da CONASQ, para a plenária da Comissão
160 analisar na próxima reunião. Servirão como insumo para o GT: o levantamento de informações sobre

161 as ações relacionadas à Segurança Química, o documento apresentado pela FIOCRUZ e MS, o fluxo
162 apresentado pela ABIQUIM e os resultados da discussão do Grupo Estratégico, principalmente
163 quanto aos objetivos da Comissão. Os demais membros da CONASQ poderão também aportar
164 informações que subsidiem o grupo.
165

166 **2.3. Apresentação do Programa Agrinho Agrinho e sua implantação no Estado do Paraná**

167 Após o intervalo do almoço, a *representante da FBOMS* deu início à apresentação do
168 próximo ponto de pauta, referente ao Programa Agrinho. Falou que o Programa tinha por objetivo
169 doutrinar as crianças para verem os agrotóxicos como um produto obrigatório na lavoura. Embora se
170 passasse por Educação Ambiental no meio rural, o Programa divulgava os agrotóxicos como única
171 solução para controle de vetores e pragas. O Programa, que foi uma parceria entre o Governo do
172 Estado do Paraná e indústrias fabricantes de agrotóxicos, foi reformulado após intervenção do
173 Ministério Público e denúncia de ONGs.

174 A *representante da FBOMS* mostrou um modelo da cartilha utilizada pelo Programa, obtido
175 no Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Meio Ambiente do Paraná.

176 A *representante do MMA* agradeceu a apresentação e concluiu relatando que estava entendido
177 que o programa, hoje reformulado, não trazia mais as idéias erôneas do início, mas que a CONASQ,
178 de forma geral, deve estar atenta a possíveis retrocessos neste contexto.

179 **2.4. Documento contendo recomendação da CONASQ em apoio à ANVISA e ao IBAMA no** 180 **processo de reavaliação de agrotóxicos**

181 Em seguida, a *representante da FBOMS* apresentou uma proposta de documento contendo
182 recomendação/moção da CONASQ em apoio à ANVISA e ao IBAMA no processo de reavaliação
183 de agrotóxicos. Falou que a idéia do documento é provocar reflexão, estando suscetível a alterações.

184 A *representante do MMA* deu a opinião de que, ao invés de uma Recomendação, bastaria
185 uma manifestação de apoio, já que já existe uma Recomendação do Ministério Público no sentido do
186 suspender os informes toxicológicos, o que proibiria o registro do endossulfan.

187 A *representante do MAPA* ressaltou que existem critérios bem definidos para licenciamento e
188 cadastro estadual de empresas que fabricam, importam ou comercializam agrotóxicos; bem como
189 ações integradas de diferentes setores do governo (MAPA, IBAMA, Secretarias de Agricultura,
190 Polícia Federal, Receita Federal) para conter a entrada ilegal de agrotóxicos no país. Ressaltou ainda
191 o suporte do MAPA às ações de reavaliações de agrotóxicos e que aquele órgão já controla a
192 importação de ingredientes ativos como o metamidofós, limitando a entrada desse.

193 Após discussão, foi acordado que a *representante do MMA* elaborará uma carta de apoio à
194 ANVISA e ao IBAMA no processo de reavaliação de agrotóxicos, tendo por base os itens 2 e 3 do
195 documento elaborado pela *representante da FBOMS*.

196 **3. Informes**

197 **3.1 Grupo Coordenador do RETP (Registro de Emissão e Transferência de Poluentes)**

198 Passando para o próximo informe, a técnica do Departamento de Qualidade Ambiental na
199 Indústria do MMA, Sra. Mirtes Boralli foi convidada para apresentar o RETP. A técnica informou
200 inicialmente que o RETP está em fase de capacitação dos envolvidos. Estão previstas capacitações
201 em setembro e outubro de 2010 para os gestores do RETP, órgãos ambientais, superintendências
202 estaduais do IBAMA, indústrias, academia, federações das indústrias, ONGs, conselhos de química
203 e outros interessados. A técnica apresentou a base legal do RETP, seus objetivos, metodologia e
204 estrutura coordenadora. Deu enfoque ao Grupo Assessor, que seria o elemento superior, de caráter
205 consultivo e deliberativo, responsável pela geração de recomendações de medidas e procedimentos
206 que possam garantir o funcionamento e a qualidade da política e da governança do RETP, em seus
207 aspectos técnicos, administrativos e de produção de bens e serviços. Falou que a idéia é que a
208 CONASQ exerça essa função, por meio de um subgrupo, composto por 7 representantes do governo
209 federal, 5 representantes da ABEMA, 2 representantes de ONGs, 2 representantes da academia, 2
210 representantes da indústria.

211 O representante da ABIQUIM sugeriu a inclusão da Sociedade Brasileira de Química (SBQ)
212 ou da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) no Grupo Assessor.

213 Houve ainda sugestões para alteração do nome do Grupo.

214 A representante do MMA propôs, com a concordância de todos, que a CONASQ não
215 deliberasse na presente reunião quanto ao Grupo Assessor e sua composição, sugerindo que o RETP
216 volte a ser discutido na próxima reunião com mais detalhes. Informou que após a constituição do
217 Grupo por Portaria, será feita uma consulta formal às instituições para indicação de representantes.

218 3.2 Open-ended Working Group of the Basel Convention

219 A Gerente de Resíduos Perigosos do MMA, Sra. Zilda Veloso, foi convidada para fazer um
220 relato sobre a Reunião do Grupo Aberto de Basiléia, realizada em Genebra, de 10 a 14 de maio de
221 2010. A reunião teve uma agenda extensa, abrangendo várias questões relacionadas à Convenção.
222 Abordou desde o Plano de Trabalho e Planejamento Estratégico 2012-2021 da Convenção, até
223 questões de cunho técnico, como Diretrizes/Guias para Gerenciamento Ambientalmente Adequado
224 de Resíduos. Informou que o Secretariado da Convenção montou um calendário contendo os prazos
225 para recebimento de comentários das Partes sobre os documentos dos Guias, disponível no site da
226 Convenção.

227 3.3 1ª Reunião do Comitê Intergovernamental sobre o Mercúrio (INC 1)

228 Os representantes do MMA e do MRE apresentaram o informe sobre a Reunião do Comitê
229 Intergovernamental sobre o Mercúrio. Explicaram, inicialmente, que o Comitê foi criado por decisão
230 do Conselho de Administração do PNUMA nº 25/5-Parte 3, com o objetivo de elaborar um
231 instrumento juridicamente vinculante sobre o mercúrio até o ano 2013. Estão previstas 5 reuniões
232 para o Comitê neste tempo, tendo sido a primeira em Estocolmo (Suécia), entre 07 e 11 de junho de
233 2010, com participação de todos os países-membros integrantes. Contaram que a delegação
234 brasileira foi composta por representantes do MMA, do Ministério da Saúde, do Ministério do
235 Trabalho, Ministério de Ciência e Tecnologia, Ministério de Minas e Energia (Departamento
236 Nacional de Produção Mineral - DNPM) e do Ministério das Relações Exteriores.

237 Ao longo dos dias do encontro, foi discutida a estrutura que o documento deverá ter,
238 principalmente, os aspectos que deverá abordar, tais como: (1) disposições para redução do
239 suprimento de mercúrio para assegurar a capacidade para estocagem ambientalmente correta de
240 mercúrio; (2) disposições para redução da demanda de mercúrio em produtos e processos; (3)
241 disposições para redução de emissões atmosféricas de mercúrio, etc.

242 Existe ainda uma relação de estudos que precisam ser concluídos até o próximo encontro do
243 INC 2, que acontecerá em janeiro de 2011, no Japão.

244 Houve reuniões dos grupos regionais, sendo o Brasil integrante do Grupo da América Latina
245 e Caribe (GRULAC).

246 O *representante da FUNDACENTRO* informou que uma nota sobre o INC1 e sobre o
247 acidente de Minamata foi colocada no site de sua instituição.

248 A *representante da FBOMS*, que também participou do INC1, elogiou o trabalho da
249 delegação brasileira e disse que foi uma das únicas representantes de ONG da América Latina que
250 participou. Criticou, no entanto, o fato de que as ONGs não puderam participar das reuniões do
251 GRULAC, ocasião em que solicitou autorização para que as ONGs possam participar no INC2, ou
252 que sejam realizadas reuniões do GRULAC também com ONGs.

253 O *representante do MRE* explicou que as ONGs não participam de reuniões em nenhum
254 outro grupo regional, exceto no GRULAC. Reiterou o caráter não aberto dessas reuniões regionais, a
255 fim de se preservar as estratégias de negociação dos governos e a livre discussão de temas sensíveis,
256 assim como a possibilidade de as ONGs interessadas contactarem os governos e os grupos regionais
257 no período inter-sessional e durante horários livres das reuniões de negociação, o que não vem sendo
258 explorado pelas ONGs que acompanham as negociações sobre o mercúrio. Lembrou também que
259 foram abertas as duas reuniões de coordenação da delegação brasileira para o INC1, havendo sido o
260 convite estendido a diversas entidades não-governamentais, como a FBOMS.

261 O *representante da ABIQUIM* solicitou que parte da reunião que contenha temas de interesse
262 das ONGs ou das Indústrias seja aberta à participação desses setores.

263 A *representante do MMA* ficou de enviar por meio eletrônico o projeto de estocagem de
264 mercúrio e a proposta que defende a realização do INC5 do Mercúrio no Brasil.

265 **3.4 Uso do DDT para controle de Leishmaniose Visceral**

266 Para o próximo informe, foi passada a palavra para o *representante do MS*.

267 Sobre o Workshop que iria tratar sobre o uso do DDT para controle de Leishmaniose
268 Visceral, o *representante do MS* informou que foi cancelado. Agora, a estratégia da instituição será
269 providenciar um estudo epidemiológico e de saúde ambiental com o intuito de verificar o motivo do
270 crescimento da ocorrência da leishmaniose.

271 O *representante da OPAS/OMS* comentou que, além da legislação vigente que proíbe o uso
272 do DDT, a Organização Mundial de Saúde (OMS) só prevê o uso da substância nos casos de
273 malária.

274 **3.5 Projeto “Training Course in Environmental Sound Management, Laboratory and**
275 **Monitoring on POPs” da CETESB para o Quick Start Programme/SAICM**

276 O *representante do MRE* falou sobre o Projeto da CETESB proposto ao Quick Start
277 Programme (QSP) da SAICM . A CETESB, que é Centro Regional da Convenção de Estocolmo
278 para a América Latina e o Caribe, desenvolveu projeto regional que tem como objetivo prestar
279 assistência aos países no desenvolvimento de suas capacidades analíticas para atender à Convenção
280 de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes. O projeto consiste num curso de 136
281 horas/aula a ser oferecido para técnicos e profissionais responsáveis por análises de POPs dos 12
282 países da Região. O curso está estruturado em 2 módulos, contendo disciplinas de gestão ambiental,
283 práticas técnico-operacionais, práticas laboratoriais, visitas de campo e simulação de respostas à
284 emergências ambientais.

285 O *representante do MRE* falou que alguns Ministérios já se manifestaram favoravelmente à
286 proposta (MMA, MS, MTE), faltando ainda resposta do MAPA. Por ser a CETESB um centro
287 regional, ele entende que está dispensada a exigência de se consultar os 12 países da Região para
288 avaliar o projeto regional. O projeto deverá ser submetido à próxima rodada do QSP, no fim de
289 agosto. Comentou, por fim, que o QSP é um mecanismo financeiro com teto muito baixo (250 mil
290 dólares) e que, tendo que em vista seu encerramento em 2013, discute-se a possibilidade de se
291 estabelecer um novo mecanismo com objetivos mais ambiciosos.

292 **3.6 Demandas da Convenção de Estocolmo**

293 A *Analista do MMA, Sra. Camila Boechat*, apresentou as demandas do Secretariado da
294 Convenção de Estocolmo, referente a solicitações de comentários e informações às Partes, bem
295 como os prazos para atendê-las.

296 A *Gerente de Segurança Química do MMA* reiterou que, como é de praxe, o MMA remete
297 ofício às instituições da CONASQ para que, se quiserem, enviem suas contribuições, atentando
298 sempre ao prazo curto para resposta.

299 O último item da Pauta - “Calendário de reuniões do Grupo Nacional Coordenador do
300 Projeto NIP”- não pôde ser apresentado em virtude do tempo que se encerrou, e deverá ser discutido
301 na próxima reunião.

302 **4. Encaminhamentos para a próxima (28ª) reunião**

303 1º) A *representante do MMA* elaborará carta de apoio à ANVISA e ao IBAMA no processo de
304 reavaliação de agrotóxicos.

305 2º) O GT composto por MMA, MS, MAPA, FIOCRUZ, OPAS, FBOMS e ABIQUIM, para
306 sistematizar proposta de ações prioritárias do trabalho da CONASQ apresentará os resultados de
307 suas discussões na próxima reunião.

308 3º) A formação do Grupo Assessor do RETP voltará a ser discutido na próxima reunião.

309 4º) O “Calendário de reuniões do Grupo Nacional Coordenador do Projeto NIP” será apresentado na
310 próxima reunião.

311 Nada mais havendo a tratar, a *representante do MMA* agradeceu a presença de todos e
312 encerrou a reunião.